CONSELHO COORDENADOR DOS COLÉGIOS

Acta nº 3/ 2011

Data: 12 de Maio de 2011 às 16h00
Local: Sede da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa

Estiveram presentes os (as) seguintes Engenheiros (as): Victor Gonçalves de Brito, que presidiu à reunião na qualidade de Vice-Presidente Nacional e Presidente do CCC; Cristina Machado (Presidente do Colégio de Engenharia Civil); Francisco Sanchez (Presidente do Colégio de Engenharia Electrotécnica); Rui de Brito (Presidente do Colégio de Engenharia Mecânica); Paulo Caetano (Vogal Nacional do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas); Luís Araújo (Vogal Nacional do Colégio de Engenharia Química e Biológica; Ana Maria Fonseca (Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica); Pedro Castro Rego (Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica); Francisco Castro Rego (Presidente do Colégio de Engenharia Florestal); António de Sousa Correia (Presidente do Colégio de Engenharia de Materiais); Luís Martins do Amaral (Presidente do Colégio de Engenharia Informática e Dra. Alice Freitas (Chefe de Serviços) que assistiu e elaborou esta acta.

1- Aprovação da Acta da reunião anterior

Aprovada, sem alterações, a acta nº 2/2011, de 3 de Março de 2011.

2- Informações

A. Participação dos Colégios na actividade quotidiana da Ordem (conhecimento das decisões do CDN)

- Anulação da Exposição dos 75 anos (pelo menos até ao final do ano)

O Eng.º Victor Gonçalves de Brito informou que a Exposição temática sobre a Engenharia Portuguesa, que estava prevista no plano de comemorações do 75º aniversário da OE, tinha ficado sem efeito por falta de meios e de tempo para a sua concretização.

- Congresso 2012: 19 e 20 de Outubro. Tema "Sociedade, Território e Ambiente – A intervenção do Engenheiro"

Relativamente ao Congresso 2012, foi dado conhecimento que o Tema será: "Sociedade, Território e Ambiente" e que brevemente vai ser feito um apelo à apresentação de comunicações. As melhores serão apresentadas oralmente passando as restantes a posters.

O objectivo é abrir o Congresso aos membros para que possam apresentar as suas comunicações, devendo a sua apreciação e aprovação ser feitas por uma Comissão de Programa, a constituir para o efeito.

Tendo-se, de uma forma geral, todos os Colégios comprometido a ter uma intervenção no novo modelo de Congresso proposto e mencionado na acta da reunião anterior, através da realização de Encontros (ou de outro tipo de sessões da especialidade no caso da realização daqueles não ser possível), o Eng.º Victor Gonçalves de Brito referiu a necessidade de confirmação dos mesmos para efeitos de marcação dos respectivos espaços.

B. Legislação técnica publicada e/ou em apreciação

Nada a referir.

C. Diversos

i. Criação da OET

O Eng.º Victor Gonçalves de Brito fez o ponto de situação relativamente à recente criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos e à forma lamentável como todo o processo decorreu, bem patente no artigo publicado no Público da autoria do deputado José Ferreira Gomes.

Referiu que face às fortes ligações políticas que detinha, a ANET conseguiu a aprovação na generalidade do documento, com o voto unânime de todas as bancadas.

Tendo tomado conhecimento do facto e de que o documento havia baixado à Comissão do Trabalho, a OE solicitou a sua audição no âmbito desta Comissão e da Comissão de Educação, bem como dos diversos grupos parlamentares, no sentido de sensibilizar os deputados para o erro que seria a criação da OET. Apesar de invocar, nomeadamente, que se tratava de uma mudança de fundo e não de uma mera mudança de nome, que não devia haver duas Associações a representar a Engenharia e que não era possível a regulação face à existência de duas entidades reguladoras, a OE não conseguiu evitar a aprovação do documento na especialidade, na última sessão da Assembleia da República.

Deu conhecimento do pedido de audiência já efectuado pela Ordem ao Sr. Presidente da República, no sentido de tentar evitar a promulgação do diploma invocando a inconstitucionalidade do mesmo.

No caso da sua promulgação, a Ordem terá que analisar a melhor forma de resolver a situação.

ii. Reunião com a presidência da A3ES

O Presidente do CCC informou que decorreu uma reunião com a presidência da Agência de Acreditação, Prof. Alberto Amaral e Eng.º Duarte Silva, que se deslocaram à Ordem tendo a mesma decorrido de forma muito cordial.

Em resultado da situação descrita no ponto anterior, a Ordem solicitou que os processos relativos ao 1º ciclo passem também a ser submetidos para apreciação, o que foi aceite.

A Agência deu conhecimento da lista de 30 cursos (mestrados e cursos de engenharia) que vão ser descontinuados e dos cerca de 30 cursos que passam para acreditação. Os restantes irão ser tacitamente acreditados no 1º ano.

Atendendo a que a Ordem é apenas ouvida, dando um parecer que pode ou não ser seguido, o Eng.º Pedro Castro Rego referiu que a mesma devia repensar se não devia ser mais exigente no processo e na sua relação com a Agência de Acreditação.

O Eng.º Victor Gonçalves de Brito informou que a Ordem já havia submetido por duas vezes à A3ES a possibilidade de ser "subcontratada" para fazer a acreditação de cursos, mas que haviam sido manifestadas reservas pelo Presidente.

Informou que na última reunião do CDN havia sido aprovado enviar o processo da última acreditação feita no âmbito do Sistema EUR-ACE para apreciação da Agência, no sentido de se tentar que este viesse a ser introduzido no Sistema Nacional de Acreditação.

Foram trocadas impressões sobre o papel da OE no actual Sistema de Acreditação de Cursos feito através da A3ES e salientado que a situação poderá vir a ser delicada se, relativamente aos novos cursos, a OE emitir um parecer desfavorável e a Agência acabar por os aprovar.

Foi referido que a posição da OE será tanto mais forte quanto mais divulgação se fizer dos pareceres por si emitidos.

3- Pareceres sobre acções de formação contínua

Tendo sido recebido um pedido de acreditação do "Curso de Técnicas Tradicionais de Construção e Conservação de Edifícios Antigos" do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, foi solicitado parecer ao Colégio de Engenharia Civil e à Região Sul, atendendo a que se realizará em Lisboa.

4- Exames de admissão - Época Normal 2011 – Ponto de situação

Foi feito o ponto de situação do número de candidatos e das provas realizadas para admissão à Ordem na época normal 2011, nos termos da informação seguinte:

Especialidade	Nº de Candidatos	Provas Realizadas
Engª Civil	71	48
Engª Electrotécnica	15	13
Engª Mecânica	9	7
Engª do Ambiente	23	22
Engª Agronómica	3	1
Engª Florestal	1	1
Engª Geol. e Minas	8	8
Engª Informática	2	1
Totais	**132**	**101**

Estando ainda por apurar quase todos os resultados, foi solicitado aos Colégios a sua intervenção junto dos Júris, no sentido do processo ser encerrado assim que possível.

5- Pareceres sobre a outorga do título de Especialista

Pareceres favoráveis emitidos pelas Comissões Executivas das Especializações Horizontais

Foram aprovados por unanimidade, os pareceres favoráveis sobre a outorga do título de especialista remetidos pelas Comissões Executivas das respectivas especializações horizontais, relativamente aos seguintes membros:

Especialização em Transportes e Vias de Comunicação
José Manuel Prates Cravidão
Cármen de Jesus Geraldo Carvalheira
Silvino Dias Capitão

Especialização em Climatização
Rui Manuel Aires de Freitas

Especialização em Engª Aeronáutica
Eduardo Agostinho de Paiva Brito Fernandes

Especialização em Engenharia e Gestão Industrial
Heraldo Rosa de Vasconcelos

Especialização em Geotecnia
Carlos Manuel da Cruz Moreira

Especialização em Engenharia Aeronáutica
Eduardo Agostinho de Paiva Brito Coelho

Especialização em Engenharia Acústica
António Manuel Nunes da Fonseca Dias

Especialização em Engenharia de Segurança
Nuno Miguel Branco Bento

Proposta de Pareceres Favoráveis (reiteração do título de especialista)

Foram igualmente aprovados os pareceres favoráveis quanto à reiteração do título de especialista, emitidos pela Comissão Executiva da Especialização em Engenharia de Climatização, relativamente aos Engenheiros António Carlos Ferreira Pelaez, Pedro Quinta Fernandes e Manuel Carneiro Campos.

Informação de pareceres desfavoráveis por parte das CE das Especializações

O CCC tomou conhecimento dos pareceres desfavoráveis emitidos pela Comissão Executiva da Especialização Vertical em Direcção e Gestão da Construção e confirmados pelo Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Civil, relativamente aos Engenheiros Agostinho José Jordão Gonçalves e Carlos Manuel Antunes Fernandes.

Conhecimento dos pareceres favoráveis emitidos pelas CE das Especializações Verticais

O CCC tomou conhecimento dos pareceres favoráveis sobre a outorga do título de especialista remetidos pelas Comissões Executivas das Especializações Verticais, confirmados pelos correspondentes Conselhos Nacionais de Colégio, a saber:

Especialização em Estruturas
Paulo Barreto Cachim

Especialização em Hidráulica e Recursos Hídricos
Filipe Cardoso de Castro Rego
Rui Manuel da Gama Lourenço

Especialização em Segurança no Trabalho da Construção
João Paulo de Oliveira Simões
Cláudia Isabel Veiga Frade

6- Pareceres sobre a outorga do nível de qualificação de "Membro Sénior"

O CCC emitiu parecer favorável à atribuição do nível de qualificação de "Membro Sénior" quanto ao requerimento dos membros efectivos, cujos pedidos foram apreciados pelos Conselhos Nacionais dos respectivos Colégios, nos termos constantes da lista anexa (num total de 314) e que constitui o Anexo I a esta acta.

7. Alterações do RAQ e de outros Regulamentos, para viabilizar a admissão de licenciados em Engenharia

No seguimento da decisão da última Assembleia de Representantes da Ordem passar a admitir licenciados em Engenharia, para além de continuar a aceitar mestrados, o Presidente do CCC informou que vai realizar-se uma nova Assembleia de Representantes no próximo dia 2 de Julho para aprovação das alterações do RAQ.

Deu conhecimento que foi criado um Grupo de Trabalho constituído por representantes das 3 Regiões, pelos 2 Vice-presidentes, 1 representante do CAQ, 1 membro do CCC (foi designada a Presidente do Colégio de Engenharia Civil por representar a maior parcela de membros da OE) e o Jurista, tendo já decorrido uma primeira reunião.

Uma das questões em discussão é se deve haver provas de admissão à Ordem ou não e se deve haver isenções ou não, tudo indicando que os licenciados tenham que fazer provas de admissão.

Foram trocadas impressões sobre o tipo de exame, bem como sobre o processo de avaliação a estabelecer, tendo sido salientado que esta tem que ser individualizada e na base das competências.

Foi igualmente analisado se o exame deve ser efectuado à entrada ou após a realização do estágio, atendendo às dificuldades de avaliar profissionalmente um indivíduo que acaba de se licenciar.

A maioria dos presentes pronunciou-se no sentido de que o exame não devia ser uma mera repetição dos exames académicos, pelo que nunca deveriam ser feitos no final da formação/à entrada da Ordem, mas só depois do estágio.

Tendo sido mencionado que a avaliação de competências devia incidir sobre o estágio, o Eng.º Victor Gonçalves de Brito lembrou que actualmente os estágios são um mero proforma, não preenchendo os requisitos necessários a uma adequada avaliação, não sendo igualmente viável a OE arranjar estágios profissionais para todos os membros.

Por outro lado, tendo os membros estagiários já determinados direitos, não seria fácil negar-se depois a sua continuidade como membros.

O Eng.º Pedro Castro Rego considerou muito difícil a Ordem conseguir mostrar um sistema até 2 de Julho. Referiu que seria prematura a decisão, em tão pouco tempo, sobre uma opção estratégica.

Podendo vir a ocorrer uma viragem política em que pode inclusivamente surgir uma nova filosofia sobre a acreditação dos cursos, a OE não devia vincular-se com uma solução que daqui a alguns meses pode não fazer sentido. Salientou que a OE não devia precipitar soluções, trazendo para o seu interior um grande ónus, pelo que a Assembleia de Representantes deveria ser adiada para Setembro.

Após troca de impressões sobre o assunto foi feito um "briefing" em função do decidido na última Assembleia de Representantes.

O CCC manifestou a sua preocupação e considerou que não devia haver precipitação sobre a decisão a tomar, dada a complexidade do assunto e das consequências graves que da mesma podem advir para o futuro da OE.

Face ao referido o CCC decidiu recomendar ao CDN o adiamento da decisão sobre a introdução das alterações ao RAQ, por considerar não estarem reunidas todas as condições para que, com a profundidade e cuidado necessários, seja analisado o sistema de exames generalizados à entrada para o 1º e 2º ciclos, de modo a que estes não sejam uma mera repetição dos exames escolares, pelo que deviam ser estudadas outras possibilidades.

O Eng.º Victor Gonçalves de Brito ficou de preparar o documento e de o enviar para apreciação dos membros do CCC antes de ser remetido ao CDN.

8- Produção de recomendações técnicas e outras formas de difusão de assuntos técnicos

Assunto em aberto, nada tendo sido referido.

9- Produção de filmes (e/ou brochuras) da especialidade

Foi feito o ponto de situação dos filmes ainda em falta relativamente a algumas especialidades e dado conhecimento das reuniões entretanto já realizadas.

Foi solicitado aos Presidentes dos respectivos Colégios um esforço no sentido da sua conclusão, para que os filmes das 12 especialidades possam estar concluídos aquando das celebrações dos 75 anos da Ordem.

10- Plano de Actividades para 2011

O Presidente do CCC reiterou o pedido aos Presidentes dos Colégios que ainda não enviaram os Planos de Actividade para 2011, para o fazerem o mais brevemente possível, de modo a submeter os referidos planos à apreciação do CDN.

11- Propostas de inclusão de outros assuntos de interesse geral pelos Presidentes dos Colégios

Assunto em aberto, nada tendo sido referido.

12- Situação financeira

A situação financeira actualizada será enviada oportunamente.

13- Actos de Engenharia

Foi distribuído o documento síntese da reunião específica do CCC sobre os Actos de Engenharia, elaborado pelo Presidente do Colégio de Engenharia Florestal (Anexo II).

O Eng.º Francisco Castro Rego explicitou os 6 pontos que integram o mesmo, constituindo o último ponto um compromisso dos Colégios virem a adequar as propostas de regulamentação dos Actos de Engenharia das respectivas especialidades ao enquadramento geral e às definições acordadas no documento.

Após troca de impressões, ficou acordado que os Colégios dessem os seus contributos relativamente ao documento, de modo a tentar que o mesmo seja aprovado na próxima reunião.

Foi ainda distribuído o documento "Níveis de Competências" (Anexo III), igualmente da autoria do Eng.º Francisco Castro Rêgo, no qual se propõe que a regulamentação da profissão assente numa matriz de competências, interligada com os sectores de actividade, as áreas de actividade e os actos de engenharia.

O Presidente do CCC aproveitou a oportunidade para informar que foi entregue o documento com os actos de Engenharia Mecânica, que considerou muito bem elaborado. Salientou que o mesmo reflecte a experiência sobre a matéria do seu autor, Eng.º Salgado de Barros.

14- Diversos

14.1.- Comissão de Verificação de Habilitações (Portaria 422/2009, de 21 de Abril e D.L. 32/2006 de 15 de Fevereiro)

O Presidente do Colégio de Mecânica informou que a Comissão mencionada tem vindo a trabalhar e que 4 processos iriam ser, em princípio, aprovados.

Referiu que se detectou uma lacuna de formação nesta área, pelo que ia ser preparada essa acção e ser proposta ao CDN para aprovação.

14.2.- Encontro Nacional de Engenharia Civil (ENEC 2011)

A Engª Cristina Machado informou que o ENEC 2011 ia decorrer no dia 21 de Maio, na FEUP, convidando os presentes a participarem.

Deu conhecimento que estava a ser tida uma relativa pouco mobilização dos membros, no que se refere à participação no evento.

Aproveitou a oportunidade para lamentar não se ter conseguido passar a mensagem, mencionando desconhecer a melhor forma de atrair mais membros para participar e discutir os problemas da Engenharia.

14.3.- Encontro Nacional de Engenharia Agronómica

O Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica informou que também o seu Colégio sentiu os efeitos da falta de mobilização dos membros, pelo que se viu forçado a adiar a realização do Encontro Nacional do Colégio igualmente previsto para o dia 21 de Maio, em Vila Real.

Referiu que um dos factores que terá contribuído, terá sido a realização nesse mesmo dia de um jantar convívio a realizar no ISA integrado na comemoração do centenário daquele Instituto e que acabou por esvaziar completamente o Encontro.

15- Calendário das futuras reuniões

- 7 de Julho
- 8 de Setembro
- 3 de Novembro
- 5 de Janeiro de 2012

16- Encerramento da reunião

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 18h30.

Eng.º Victor Gonçalves de Brito

(Presidente)

Dra. Alice Freitas

Lisboa, 12 de Maio de 2011